

LIBERTAS RESPONDE AO SINDÁGUA SOBRE RESGATE PARCIAL DE FUNDOS

A Fundação Libertas respondeu a ofício do **SINDÁGUA**, em que pleiteamos a “implantação do mecanismo de resgate parcial nos planos de Contribuição Definida (CD) conforme previsto na Resolução CNPC nº 50/2022”.

A solicitação feita pelo **SINDÁGUA** à Libertas encaminhou reivindicação de muitos trabalhadores, para saldarem empréstimos realizados no mercado a juros muito altos, de forma a reequilibrar suas finanças e estancar altas cobranças praticadas nas operações com financeiras e mesmo em compromissos de longo prazo em financiamentos.

Em sua resposta ao Sindicato, a Libertas nos informou que a Diretoria Executiva encaminhou estudo técnico sobre os impactos do pleito ao Conselho Deliberativo, para uma decisão amparada nos normativos internos e na governança institucional.

A solicitação do Sindicato foi colocada em pauta no Conselho Deliberativo, com parecer da Fundação de não-viabilidade. No entanto, o conselheiro eleito pelos trabalhadores, Milton Costa, pediu vista e articula internamente para atender ao pleito.

A Libertas esclareceu que “em atendimento à recomendação formal do Conselho Fiscal, a Diretoria Executiva realizou uma análise técnica criteriosa da matéria, considerando, com o devido zelo e responsabilidade fiduciária, os impactos para a sustentabilidade dos planos e proteção dos interesses dos participantes”, considerando “normativas operacionais, atuariais,

jurídicas, financeiras e de governança, bem como o contexto atual do sistema previdenciário nacional e internacional”.

O presidente do Sindicato, Eduardo Pereira, considera “corretas as preocupações na Libertas de garantir a sustentabilidade dos planos de previdência complementar, mas como uma instituição criada pelos próprios trabalhadores e patrocinadas pelas empresa, espera-se que os gesto não se

afastem também das preocupações sociais com os participantes, de forma a socorrê-los para não ficarem inadimplentes e atolados em dívidas, além de uma vasta campanha de educação financeira, alertando contra juros abusivos e administração equilibrada das condições econômicas familiares”.

Eduardo diz “esperar sensibilidade dos gestores na Libertas e encontrar uma solução de liberação de recursos sem os juros escorchantes do mercado, para socorrer quem realmente precisa de superar situações financeiras, sem comprometer o objetivo previdenciário da Fundação”.

Tão logo tenhamos a decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Libertas, informaremos imediatamente aos trabalhadores, para um planejamento, sobretudo daqueles que precisam do socorro financeiro de forma mais emergencial para reequilibrar as contas e de sua sustentabilidade familiar.

